

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

O URBANISMO DAS TRÊS ECOLOGIAS

Utopismo dialético e desenvolvimentos geográficos desiguais

Autor: Edison França da Silva Filho

Orientadora: Profa. Dra. Denise Falcão Pessoa

RESUMO

No presente artigo, pretende-se estudar as possibilidades de aplicação da teoria da ecosofia, proposta como articulação ético-política pelo filósofo francês Felix Guattari, dentro do conceito de utopismo dialético, estruturado pelo geógrafo americano David Harvey. Uma análise urbana contextualizada pelo entendimento da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais, as três ecologias – do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, indicadas pelo pensamento ecosófico – exercem o papel de fio condutor de um conceito universalizante para uma utopia dialética. Esta dialética utópica, formada através da utopia do tempo, entendida a partir de processos sociais contínuos, e do espaço, concretizada fisicamente pelo urbanismo e desenvolvimento urbano de grandes núcleos urbanos, oferece o arcabouço teórico e analítico para imaginar mundos alternativos em um determinado contexto sociocultural, baseados no equilíbrio dos três registros ecosóficos.

Palavras-chave: Ecosofia. Três Ecologias. Capitalismo. Utopismo Dialético.

ABSTRACT

In this article, it's intended to study the possibilities of applying the theory of ecosophy, proposed as an ethical-political articulation by the French philosopher Felix Guattari, within the concept of dialectical utopia, structured by the American geographer David Harvey. An urban analysis contextualized by the understanding of the theory of unequal geographic developments, the three ecologies - of the environment, of social relations and of human subjectivity, indicated by ecosophic thinking - play the role of the guiding thread of a universal concept for a dialectical utopia. This utopic dialectic, formed through the utopia of time, understood from continuous social processes, and of space, physically concretized by urbanism and urban development in large urban centers, offers the theoretical and analytical framework to imagine alternative worlds in a given sociocultural context, based on the balance of the three ecological systems.

Keywords: Ecosophy. Three Ecologies. Capitalism. Dialectical Utopia.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é analisar as possibilidades e subsequente importância da Teoria da Ecosofia como articulação ético-política de projetos urbanísticos utópicos. A utopia pretendida, denominada dialética pelo geógrafo americano David Harvey (2015), é baseada na conjunção do tempo, compreendido a partir de processos sociais específicos, e do espaço, concretizado fisicamente pelo urbanismo. Os processos sociais supracitados são apreendidos a partir do conceito de desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2015) e característicos a cada realidade da localidade estudada. O resultado físico desse modelo utópico dialético seria a proposta de ambientes urbanos alternativos, articulados a partir das diretrizes das três ecologias expostas pela teoria ecosófica de Félix Guattari (2012): as ecologias do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

O estudo foi estruturado em três partes: a primeira trata de interpretar as três ecologias propostas por Guattari como conceito universalizante de uma articulação ético-política que busca identificar os impactos gerados pelo capitalismo da globalização nos registros ecológicos (tripé meio ambiente-sociedade-subjetividade). A partir dessa articulação, em um contexto generalizado globalmente do relacionamento entre as pessoas e o meio, seria possível imaginar diretrizes que reequilibrem as relações socioambientais em busca de ambientes urbanos mais justos e sustentáveis.

Na segunda parte, faz-se necessária a relativização do conceito universalizante da ecosofia dentro de contextos socioculturais distintos. Para isso, a ideia de desenvolvimentos geográficos desiguais apresentada por Harvey (2015) será de extrema importância, tendo em vista a necessidade de adequar parâmetros genéricos observados pela ética-política das três ecologias em diferentes escalas geográficas. É pelo relativismo interpretado por Harvey na figura das escalas de intervenção e análise, adaptadas aos contextos de determinada realidade – seja nacional, regional, municipal ou local – que se pode utilizar das três ecologias dentro de contextos sociais específicos.

Na terceira parte, após esclarecer o conceito universalizante da ecosofia e a forma estabelecida de como este pode ser interpretado a partir de diferentes escalas em contextos espaciais e socioculturais específicos; será pela utopia dialética, ou utopia espaçotemporal, proposta por Harvey (2015), que alia o ideário utópico das mudanças sociais no tempo, dentro do ambiente físico dos grandes núcleos urbanos, que ambientes urbanos alternativos poderão ser propostos tendo como fio condutor o pensamento dos três registros ecosóficos.

1. Ecosofia: as três ecologias como articulação ético-política

Alternativa à maneira de pensar as relações do ser humano com a natureza

Para Guattari (2012), as acelerações das transformações técnico-científicas, em especial a partir da segunda metade do século XX, e as formas como os modos de vida individuais e coletivos evoluem dentro do sistema capitalista globalizado, contribuem para um progressivo deterioramento do planeta. Além da contínua exploração do meio ambiente natural, o desenvolvimento e consequente consolidação de grandes núcleos urbanos como principal habitat dos seres humanos no século XXI trouxe repercussões tanto nos modos de vida dos indivíduos, quanto nas relações interpessoais e subjetivas.

Este tripé ecológico entre meio ambiente, sociedade e subjetividade humana – leia-se subjetividade como relações psicológicas e a consciência de cada indivíduo dentro de um determinado contexto – é o cerne da questão para o filósofo francês no que diz respeito à forma necessária para lidar com as problemáticas do capitalismo globalizado nos dias atuais. É nesse contexto que Guattari sugere uma nova articulação ético-política, denominada ecosofia, que relaciona os impactos no ambiente natural e no meio urbano e propõe uma nova forma de se pensar as relações socioambientais:

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo de ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. (GUATTARI, 2012, p. 08)

Importante ressaltar que o conceito de ecosofia, e as três ecologias que o abarcam, funciona como fio condutor universalizante do que seria uma forma alternativa de avaliar as implicações do desenvolvimento urbano e humano perante a natureza. De maneira complementar, a partir da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais, o próprio Harvey discute a necessidade de estabelecimento de pontos básicos de convergência de diferentes grupos sociais no que tange a sua relação enquanto sociedade e perante o ambiente natural e construído:

Defenderei uma modalidade de universalismo no âmbito da qual possam florescer processos geográficos desiguais de maneiras mais produtivas e interessantes. O estabelecimento adequado de condições numa dada escala – no caso, a consideração conjunta do global e do local – é visto aqui como condição necessária (embora não suficiente) de criação de alternativas políticas e econômicas em outra. (HARVEY, 2015, p. 118)

Isto posto, é necessário discorrer este tripé de conceitos que constituem essa articulação ético-política chamada de *ecosofia*, indicada por Guattari (2012), como condição universalizante de análise e de ação dos seres humanos perante a natureza.

1.1. Primeira Ecologia: meio ambiente

A ecologia do meio ambiente pode ser considerada, além da análise tecnocrática dos impactos ambientais do desenvolvimento capitalístico traduzido fisicamente na forma de cidades, como uma maneira de repensar a utilização de recursos naturais escassos, finitos e demasiadamente explorados no âmbito de sua relação com as formas de viver dentro das cidades.

A ecologia ambiental, logo, representa não apenas as implicações físicas do impacto do homem na natureza, mas determina a forma como essa relação de conexão entre as sociedades e o planeta deve ser repensada de forma transversal a todo tipo de manifestação do indivíduo: “O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico.” (GUATTARI, 1992, p. 08)

Essa maneira de viver colocada pelo filósofo, que por séculos passou pelo domínio da natureza pelos métodos de produção capitalistas e acabou por construir a imagem das cidades do século XX e XXI, se baseia na capacidade de reinvenção da relação dos indivíduos com a natureza em todas as suas escalas de viver, seja na habitação, produção, locomoção, consumo. Desta forma, cabe à ecologia do meio ambiente, cuja representação física no modelo capitalista é o grande núcleo urbano, identificar como os mais variados processos de formação das grandes cidades contribuíram para o deterioramento da natureza e a crise ambiental vivenciada em âmbito global.

Esta ligação entre ambiente urbano construído e a ecologia ambiental acaba sendo de suma importância como metodologia para identificar os padrões de reprodução das formas de capitalismo globalizado nas cidades e como rupturas desses padrões poderiam

atingir os outros registros ecológicos, seja o campo social ou da subjetividade humana, e reinventar a forma como as sociedades lidam com os recursos naturais do planeta.

1.2. Segunda Ecologia: relações sociais

Partindo do pressuposto estabelecido de que os grandes núcleos urbanos, as cidades do século XXI, são a reprodução física dos desequilíbrios ecosóficos gerados pelo capitalismo globalizado, caberá à ecologia social estabelecer de que forma o desenvolvimento urbano afetou e deteriorou as relações entre os indivíduos e o meio social.

A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis do socius. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão - ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta - e em "intenção" - infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. (GUATTARI, 1992, p. 33)

Pela conexão intrínseca entre os registros ecológicos, é necessário identificar os aspectos urbanísticos que fizeram parte da construção das cidades, tanto no sentido da descaracterização e exploração do meio ambiente natural, quanto nas crises sociais que se traduzem e se potencializam dentro do tecido urbano. Tais cidades possuem altos índices de desigualdade social e grandes parcelas de sua população em alto grau de vulnerabilidade social. Seja na forma de favelas ou outras formas de agrupamento precário, é possível ver os desequilíbrios gerados dentro da ecologia social no desenho geográfico de grandes núcleos urbanos.

Essas cidades desiguais socialmente, e desequilibradas dentro da análise ecosófica, levam a outros aspectos problemáticos dentro da ecologia social. Principalmente a partir da metade do século XX, o nível de medo e desconfiança do outro deixou marcas nas políticas urbanas modernistas e pós-modernas e definiu a imagem da cidade nos dias atuais. Muros, grades, grandes vazios urbanos e zonas de fronteiras são a representação física do medo que consome o ambiente urbano e abrange os aspectos da ecologia social.

No contexto da ecologia social, a construção da cidade capitalista acarreta problemas nas várias camadas da vida em sociedade, e suas implicações se diferenciam em contextos socioecológicos específicos.

1.3. Terceira Ecologia: relações subjetivas

O terceiro registro ecológico, das relações subjetivas, tem como ponto chave de análise o deterioramento da subjetividade humana, da psique dos indivíduos. É necessário enfatizar a relação intrínseca entre o desequilíbrio da ecossistemas ambiental e social, e a constante perda psicológica gerada dentro do sistema capitalista globalizado. A tendência da subjetividade capitalística é a homogeneização, seja dos bens culturais, costumes, aspectos da psique individual ou coletiva. Essa homogeneização facilita os fluxos do capital e o seu acúmulo pelos seus operadores, privados ou públicos.

Em termos urbanísticos, as cidades foram moldadas para consolidar esse domínio, pelo qual as pessoas exercem seus papéis dentro das formas de expansão dos fluxos do capital, fazendo com que a subjetividade fosse continuamente oprimida em detrimento do progresso econômico.

A subjetividade capitalística, tal como é engendrada por operadores de qualquer natureza ou tamanho, está manufaturada de modo a premunir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião. Para esse tipo de subjetividade, toda singularidade deveria ou ser evitada, ou passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referência especializados. (GUATTARI, 1992, p. 33-34)

Além do deterioramento da subjetividade humana a partir de processos de homogeneização e massificação dos modos de ser dos indivíduos típicos da era da globalização, o meio ambiente urbano, como construção capitalista do espaço, influencia fortemente a psique humana, tanto positivamente quanto de forma negativa em diferentes níveis. É notório que a cidade pode ser muito cruel com os seus habitantes, principalmente as camadas da sociedade marginalizadas, esquecidas e oprimidas dentro do contexto econômico de direito à cidade e uma vida digna.

A perda da capacidade de produzir subjetividades acompanha questões de saúde das pessoas dentro dos núcleos urbanos. O individualismo forçado pelo maquínico capitalístico e engendrado no tecido urbano via políticas urbanas trouxe, em especial ao século XXI, a era das doenças psicológicas. Solidão, depressão, individualismo, pânico, ansiedade, a perda da capacidade de conexão emocional com o outro, entre outras questões, são parte da realidade da vida nas cidades.

Fazer face à lógica da ambivalência desejante, onde quer que ela se profile – na cultura, na vida cotidiana, no trabalho, no esporte etc. -, reapreciar a finalidade do trabalho e das atividades humanas em função de critérios diferentes daqueles do rendimento e do lucro: tais imperativos da ecologia mental convocam uma mobilização apropriada do conjunto dos indivíduos e dos segmentos sociais. (GUATTARI, 1992, p. 41-42)

O urbanismo está vinculado a essas questões, tanto como ferramenta técnico-científica, quanto área do conhecimento que traz embasamento para políticas urbanas e para o pensar as cidades ao redor do globo. É a partir do reconhecimento do potencial de ressignificação de processos e proposição de alternativas dentro das três ecologias, que por meio da articulação ético-política da ecosofia pode ser possível repensar a forma que os indivíduos vivem e produzem as cidades.

1.4. Articulação ético-política da ecosofia no contexto global

A proposta de mudança de paradigma socioambiental proposto pelo filósofo francês não é um fim em si, mas um meio, uma forma de representar a necessidade de se imaginar modos de viver e de se relacionar alternativos à ótica destrutiva evidenciada em diversos aspectos do capitalismo globalizado. Essa necessidade de mudança paradigmática da globalização neoliberal é encontrada tanto em Guattari, como em Harvey:

Há antes de tudo uma ampla exigência de reforma como decorrência de suas manifestas instabilidades (periódicas dificuldades financeiras, fases de desindustrialização etc.) e do aprofundamento das desigualdades econômicas. Em segundo lugar, as dificuldades ambientais são evidentes em toda parte, e muitas requerem também ações regulatórias e intervenções em todas as escalas, inclusive a global. (HARVEY, 2015, p. 127)

Cabe, agora, entender até que ponto o conceito universalizante da articulação ético-política da ecosofia pode ser vinculada a proposições utópicas dentro de diferentes contextos socioculturais. Esses limites e variações podem ser determinados a partir da análise em diferentes escalas, levando em consideração fatores geográficos-históricos de cada aglomeração urbana, sejam estas nacionais, regionais ou locais.

2. Desenvolvimentos geográficos desiguais

Interpretando escalas de análise e complexidades locais

A partir do momento que o conceito da articulação ético-política da ecosofia é tratado como universalizante sobre a condição pela qual o capitalismo da globalização degradou os três registros ecológicos, faz-se necessária sua interpretação a partir de determinados contextos urbanos.

Tratar da degradação do meio ambiente urbano, das relações sociais e das relações psicológicas sem levar em consideração a especificidade dos registros históricos, econômicos e socioculturais de uma determinada localidade incorreria automaticamente em erros e teses projetuais dissonantes da realidade.

Tendo isso em vista, Harvey (2015) trabalha a *teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais*, como forma de análise dos impactos gerados pelo capitalismo no crescimento das grandes cidades e o impacto causado por determinadas políticas urbanas enquanto caracterização física de processos sociais, culturais e econômicos desiguais e excludentes. Logo, será de extrema importância analisar o conceito da teoria proposta pelo geógrafo americano como forma de adaptar um conceito universalizante dentro de uma realidade sociocultural específica.

2.1. A Teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais

A teoria dos desenvolvimentos desiguais, esboçada por Harvey (2015), trata dos aspectos históricos-geográficos, formações culturais e sociais que se distinguem de agrupamento para agrupamento humano dentro do mundo da globalização capitalista. Essa discussão se baseia em dois componentes fundamentais: a *produção de escalas espaciais* e a *produção de diferenças geográficas*.

O primeiro componente é o da produção de escalas espaciais, que trata da forma como as pessoas têm a tendência de produzir e alimentar hierarquias baseadas em aspectos geográficos e socioculturais. Desta forma, o primeiro pilar de uma teoria de desenvolvimentos geográficos desiguais repousa sobre a ideia das escalas, e de como existe uma volatilidade de significados e modos de vida baseados em aspectos físicos, sejam nos limites de estados, cidades, comunidades; bem como nessas diferenciações dentro de um mesmo território que se fazem por questões históricas e culturais.

Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. (HARVEY, 2015, p. 108)

No entanto, a produção de escalas espaciais não resulta na diferenciação rígida e explícita dentro de cada nível escalar. Existe uma clara interdependência e condensação de diferentes aspectos, sejam eles espaciais ou socioculturais, de uma escala de análise para outra, bem como uma mutabilidade das próprias estruturas escalares. Ao analisar, por exemplo, aspectos do desenvolvimento urbano numa escala municipal, não se pode deixar de verificar suas ramificações, bem como razões de ser, na escala regional, nem deixar de considerar que as próprias escalas são produto de recorrentes transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas – comportamentos pessoais (por exemplo, dirigir automóveis) produzem (quando agregados) efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais, de, por exemplo, depósito de gases tóxicos ou aquecimento global. (HARVEY, 2015, p. 108)

O segundo componente dos desenvolvimentos geográficos desiguais é a soma de legados históricos-geográficos reproduzidos, sustentados e reconfigurados perpetuamente por meio de processos político-econômicos e socioecológicos até o momento presente, a qual Harvey (2015) denomina *produção da diferença geográfica*.

É justamente o papel da produção da diferença geográfica identificar os aspectos político-econômicos e socioculturais dentro de cada escala, tanto nas suas especificidades, quanto nos componentes globalizantes que vinculam e em certas ocasiões colocam culturas e modos de viver inteiros num papel de dependência das potências globais dominantes. Nesta questão, Harvey discorre:

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos

modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintivas de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. (HARVEY, 2015, p. 110-111)

Isto posto, é evidente a importância da teoria dos desenvolvimentos geográficos, na análise das características socioculturais e político-econômicas que contribuíram de maneira indissociável do crescimento dos grandes núcleos urbanos, principalmente sob a égide do capitalismo globalizado. Assim, levando em consideração os aspectos intrínsecos às escalas, tanto interescares quanto intraescares, e das características socioespaciais de diferentes núcleos urbanos, é possível traçar parâmetros gerais em busca de terrenos comuns do impacto do capitalismo da globalização no desenvolvimento das cidades e nas mudanças socioecológicas decorrentes desses processos.

2.2. Escalas de análise e comunitarismos

Como bem analisa Harvey (2015), os impactos, tanto positivos como negativos, do capitalismo globalizado detêm particularidades que variam de localidade para localidade, sejam estas dos principais atores que as mecanizam e institucionalizam, sejam as formas como as desigualdades afetam os menos favorecidos financeiramente e mais socialmente excluídos.

Mesmo que não se possa comparar, de maneira concreta, as desigualdades e sequelas urbanas de cidades europeias com latino-americanas, por exemplo, é possível traçar paralelos a partir do momento que se utiliza a articulação das três ecologias para identificar padrões de degradação das relações ambientais, sociais e psicológicas. É justamente esse poder de identificar particularidades e suas potencialidades num contexto global que Harvey trata pelas escalas de análise dos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Mas é precisamente nesses contextos localizados que as mil e uma oposições à globalização capitalista também se formam, clamando por alguma maneira de ser articulados como um interesse oposicional geral. Isso requer que ultrapassemos as particularidades e enfatizemos o padrão

e as qualidades sistêmicas do mal que vem sendo feito nas várias escalas e diferenças geográficas. O padrão pode então ser descrito como as consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização. (HARVEY, 2015, p. 110-111)

A análise por meio da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais é de grande valia ao tratar a questão das escalas espaciais como forma de evitar generalizações descoladas da realidade da localidade estudada. Essa análise interescalar a partir de pontos de degradação baseados nas três ecologias pode evidenciar terrenos em comum de problemáticas do desenvolvimento dos grandes núcleos urbanos, mesmo que em contextos diferentes. Para Harvey: “A análise poderá então ser ampliada centrifugamente para abarcar uma diversificada gama de questões sociais e ambientais que na superfície parecem nada ter de comum entre si.” (HARVEY, 2015, p. 117)

Conceituada a articulação ético-política da ecosofia como fio condutor para traçar paralelos entre diferentes escalas espaciais de núcleos urbanos, além de estruturada a importância da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais para explicitar as diferenças socioculturais em diferentes localidades, é necessário tratar da maneira como mundos alternativos podem ser imaginados e projetados a partir do pensamento utópico.

3. Utopismo Dialético

A utopia espaçotemporal por cenários urbanos alternativos

O futuro do desenvolvimento urbano das cidades parte da necessidade de se reavaliar o modo de viver dos seres humanos no seu habitat urbano, e a utopia pode fornecer o arcabouço teórico para ensaios projetuais, e consequentemente projetos urbanos, que valorizem a busca pela quebra de paradigma do modo destrutivo de se construir os grandes núcleos urbanos, característico do capitalismo da globalização.

Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas, a quem queremos ou, que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser. (HARVEY, 2015, p. 211)

Essa necessária, e já tardia, quebra de paradigma do modo de desenvolvimento urbano característico do capitalismo globalizado, parte, então, da utopia. A utopia aqui

pretendida é dialética, pois envolve a conjunção e indissociável ligação entre o tempo, enquanto processo social, e o espaço físico das cidades. É dialética porque trata de um conceito universalizante, como a ótica da degradação capitalista do meio ambiente pela articulação da ecosofia, ao passo que interpreta o particularismo de problemas em contextos socioculturais específicos a determinadas escalas.

3.1. A separação da forma espacial e do tempo

Antes de tratar, de fato, da utilidade que o pensamento dialético no ideário utópico pode ter para concepções alternativas de cidade, é preciso destacar o papel construtivo, e muitas vezes destrutivo, que o pensamento utópico, em outros modelos, pode ter gerado para projetos de urbanizações.

3.1.1. Utopia como livre organização espacial

Os modelos da cidade ideal, que caracterizaram trabalhos de diversos arquitetos e pensadores notáveis através dos anos, são exemplos da chamada utopia da organização espacial. Desde a Utopia de Thomas More, até os projetos de Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, um fator que se destaca é a incansável tentativa de encontrar um modelo ideal, estático e controlado de urbanização.

A maior crítica à utopia mais buscada pelos arquitetos se faz justamente pela exclusão da temporalidade. Nestes casos, a cidade se constrói sobre um processo social pré-existente, que é tirado da equação de forma autoritária. Sobre isto, o próprio Harvey faz um alerta: “Por conseguinte, enfrentar essa relação entre o livre fluxo da imaginação e o autoritarismo é a tarefa que tem de estar no cerne de toda política regeneradora que tente ressuscitar ideais utópicos.” (HARVEY, 2015, p. 214).

Logo, o que se compreende pelos mais variados desenhos de uma sociedade ideal, espacializada num tecido urbano, é essa subjugação da temporalidade, enquanto processo social, pela mão do arquiteto, do urbanista, do governante.

3.1.2. Utopia do processo social

Oposta ao pensamento utópico da organização espacial, a utopia do processo social exclui da equação, de forma contraditória ao próprio termo, o lugar. Neste pensamento utópico, a temporalidade predomina enquanto processo social descolada de uma

localização geográfica específica. Menos percebido, esse tipo de utopismo se baseia em formas idealizadas de processos sociais, embutidas em teorias político-econômicas que norteiam ações governamentais em diferentes escalas no decorrer do tempo.

Harvey aponta uma característica de necessária reflexão referente à utopia do processo social: “as utopias do processo social têm o hábito de se perder no romantismo dos projetos interminavelmente abertos que nunca tem de chegar a um ponto conclusivo (no espaço e no lugar)”. (HARVEY, 2015, p. 219)

Mais ainda, vai além ao demonstrar que a utopia do processo social mais bem-sucedida de todas é o próprio modelo capitalista. O problema são as consequências físicas materializadas pelo processo social sob a ótica do capitalismo globalizado: vertiginoso aumento de desigualdades sociais em diversas escalas espaciais e uma crescente concentração de renda e distribuição de prejuízos. No que tange as cidades, o desenvolvimento urbano irregular, esparsa e com focos de extrema pobreza concorrentes a regiões de extrema riqueza, falta de acesso e direito à cidade, entre outros problemas.

Desenvolvimentos geográficos desiguais em aceleração, o solapamento de todas as modalidades de coesão social e de poderes do Estado, a destruição de culturas inteiras e das “estruturas de sentimento” que proporcionam um sólido fundamento à vida de todos os dias e, o que talvez seja o fator mais problemático, a degradação de grandes parcelas do ambiente, que atinge tal dimensão que torna inabitável boa parcela da superfície da terra. (HARVEY, 2015, p. 232)

Importante ressaltar que a descrição transcrita acima é o que demonstra justamente a degradação imposta pelo capitalismo globalizado nos três registros ecológicos de Guattari e reforçam a sua importância como articulação ético-política: 1. Solapamento de modalidades de coesão sociais (*relações sociais*); 2. Destruição de culturas inteiras e estruturas de sentimento (*relações psicológicas*); 3. Degradação de grandes parcelas do ambiente (*relações ambientais*).

Desta forma, a resposta aos problemas dos pensamentos utópicos analisados acima está nas potencialidades do utopismo do processo social implementado geograficamente nos lugares, para buscar respostas ecologicamente sustentáveis, no sentido do conceito da ecosofia.

3.2. Utopismo dialético e futuros urbanos alternativos

O objetivo da proposta da utopia dialética, ou utopia espaçotemporal, é o de conjugar a temporalidade, caracterizada por determinados processos sociais, materializada geograficamente numa localidade. Essa produção do espaço a partir de seus processos sociais é uma ferramenta importante para exploração de alternativas emancipatórias à ótica hegemônica do capitalismo globalizado.

A tarefa é montar um utopismo espaçotemporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para desenvolvimentos geográficos desiguais humanos. (HARVEY, 2015, p. 258)

Esse imaginário utópico, tendo como articulação o conceito universalizante da ecosofia, pode desafiar os padrões atuais de desenvolvimento urbano e social nas diferentes escalas geográficas, mirando em revoluções que abarquem as três ecologias abordadas anteriormente. Sobre essa possibilidade de mudança radical, Harvey novamente coloca uma importante questão:

O programa revolucionário do neoliberalismo tem realizado muito em termos de mudança física e institucional nos últimos vinte anos. Logo, por que então não podemos conceber mudanças igualmente dramáticas (ainda que apontando noutro direção) em nossa busca de alternativas? (HARVEY, 2015, p. 244)

Desta forma, cabe ao utopismo espaçotemporal, ainda que primeiramente no mundo do pensamento, transcender as formas socioecológicas impostas pela acumulação excessiva do capital, pelas desigualdades político-econômicas e pelos privilégios de classe.

4. Conclusões

Chega-se à conclusão que, por meio da utopia dialética, é necessário traçar uma linguagem que se materialize em condições socioecológicas alternativas, nas quais se enfatize novas possibilidades para a ação humana e revitalização do meio. Essas possibilidades se baseiam na articulação ético-política da ecosofia para reparar a

degradação do capitalismo globalizado nas três ecologias: das relações ambientais, sociais e da subjetividade humana.

Essa articulação evidencia a responsabilidade de todos os indivíduos, ainda que em desenvolvimentos geográficos desiguais, para com a natureza e com a sua própria natureza enquanto seres humanos. A partir do estudo das escalas espaciais e de suas características específicas, é possível traçar paralelos de ação baseados na recuperação dos três registros ecológicos, sendo primordial a dialética entre os particularismos de cada nível escalar, bem como os universalismos de questões pertinentes a uma ótica mais global das formas de se viver e compartilhar o planeta.

Essa dialética particularismo-universalismo encontrará espaço de análise por meio dos desenvolvimentos geográficos desiguais, de articulação por meio da ecosofia e de ação por meio da utopia espaçotemporal. O pensamento utópico será a ferramenta primordial para desenvolver processos imaginativos de luta e reconquista de um meio mais igualitário e sustentável. Posteriormente, tais processos serão necessariamente projetuais para que se possa construir comunitariamente futuros socioecológicos alternativos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1994.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1990.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTANER, Josep Maria e MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

SOMEKH, Nádia e CAMPOS, Candido Malta. **A cidade que não pode parar: Planos Urbanísticos de São Paulo no século XX**. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.